

## **Operações de manutenção de paz da ONU: a primeira experiência no Haiti**

*Vanessa Braga MATIJASCIC\**

**RESUMO:** O trabalho visa analisar as dificuldades encontradas para a viabilização do cumprimento do mandato de envio da primeira operação de paz ao Haiti entre os anos de 1993 a 1996. Para tal estudo, aspectos relevantes como: os esforços diplomáticos, a atuação dos organismos internacionais e a história política do país foram levados em consideração, no intuito de avaliar o desempenho dos atores envolvidos e os objetivos alcançados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Haiti. Conflito. Operação de paz das Nações Unidas.

### **Introdução**

As guerras mundiais ocorridas no século XX compreenderam uma profunda mudança no cenário mundial: reestruturaram o sistema internacional e possibilitaram o surgimento de novos atores internacionais. Entre esses atores, a Organização das Nações Unidas (ONU) surgiu como uma organização intergovernamental responsável por assegurar a paz e a segurança internacionais, além de promover o progresso econômico e social das nações, reafirmando a importância dos Direitos Humanos.

Sobre a manutenção da paz e segurança internacionais, a Carta das Nações Unidas nos capítulos VI e VII atenta para a possibilidade da utilização de mecanismos de solução pacífica de controvérsias e ações relativas a ameaças à paz, ruptura da paz e atos de agressão. A partir da interpretação desses capítulos e da observação de práticas anteriores adotadas por outros organismos internacionais<sup>1</sup>, surgiram as operações de manutenção da paz das Nações Unidas ou, brevemente, operações de paz – *peacekeeping*: “a prevenção, a contenção, a moderação e o término de hostilidades entre Estados ou no interior de Estados, pela intervenção pacífica de

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” (Unesp/Unicamp/PUC-SP)

I Turma Pró-Defesa 2006/2008

Bolsista CAPES 2006/2008

Orientada por Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre (UNESP)

<sup>1</sup> Neste caso, pode-se citar as experiências da Liga das Nações durante as décadas de 20 e 30.

terceiros, organizada e dirigida internacionalmente, com o emprego de forças multinacionais de soldados, policiais e civis, para restaurar e manter a paz” (HARBOTLLE, 1984, p.22).

Vale ressaltar que não há o emprego do termo operações de paz nos documentos constitutivos da Liga das Nações (1919-1934) e tampouco na Carta das Nações Unidas. No entanto, a definição caracteriza a natureza e os objetivos da utilização de tal mecanismo.

Segundo Michael W. Doyle (1996), as operações de paz das Nações Unidas podem ser divididas em operações de primeira, segunda e terceira geração. Assim, as operações de paz de primeira geração ou também conhecidas como operações de paz tradicionais<sup>2</sup> eram compostas por tropas militares da ONU munidas de armamento leve e que atuavam no conflito para cessar hostilidades entre as partes e monitorar tréguas.

Na visão do autor, as operações de paz de segunda geração envolviam uma complexa organização: militares, policiais, diplomatas e civis de diferentes Estados-membros que integram as tropas da ONU. O consentimento das partes envolvidas no conflito é a principal característica dessa segunda geração. Além das negociações para se alcançar a paz, essas operações (também classificadas como multidimensionais) deveriam compreender outros esforços importantes para a consolidação da mesma, como: restaurar a segurança da região, repatriar refugiados, treinar forças locais para a questão de segurança, monitorar eleições, auxiliar na defesa e proteção dos Direitos Humanos e reformular e reforçar instituições governamentais locais.

Nas operações de paz de terceira geração, o consentimento das partes pode ser forçado. Sobretudo, estão pautadas no capítulo VII da Carta<sup>3</sup> em que o uso da força pode ser empregado para cessar as hostilidades entre as partes. Outra medida que está prevista para forçar o consentimento é a aplicação de sanções. Assim, as operações de paz de terceira geração caracterizam-se pela imposição da paz, persuadindo as partes a chegar a um acordo.

A menção recorrente sobre operações de paz da ONU baseadas no capítulo VI ou VII é a interpretação de analistas sobre a característica da operação e dos objetivos definidos pelo mandato aprovado pelo Conselho de Segurança. Portanto, reflete a observação do emprego (ou não) da força. No entanto, a análise do mandato das resoluções é a melhor maneira de

---

<sup>2</sup> Paulo Roberto Campos Tarrise da Fontoura em O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas também denomina essas operações de paz como clássicas e as delimita num período histórico entre os anos de 1948 a 1987.

<sup>3</sup> A Carta das Nações Unidas está disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/doc1.php>. Acesso em 08/09/2007.

compreender as particularidades atribuídas a cada operação e o esforço político a ser empregado para se manter a paz em regiões instáveis.

Desde o momento da criação da ONU, observa-se que operações de paz é um mecanismo freqüentemente utilizado para a resolução de conflitos interestatais (entre dois ou mais Estados) e intra-estatais<sup>4</sup>. As operações ao longo da Guerra Fria (1948 a 1989) totalizam um número de 18 participações. Ao longo da década de 90, o número observado é de 36 operações<sup>5</sup>. Esse considerável aumento refletiu a mudança da configuração do sistema internacional, em que os conflitos que estavam estagnados no período bipolar eclodiram a partir dos últimos anos da década de 80 e início dos anos 90.

A percepção da ONU quanto ao aumento de conflitos que necessitavam de envio de operações de paz foi observado entre os anos de 1987 a 1994 quando o Conselho de Segurança quadruplicou a aprovação de resoluções e triplicou o envio de operações de paz. Da mesma forma, notou-se no mesmo período que o orçamento para essas operações passou de 230 milhões de dólares para 3,6 bilhões de dólares.<sup>6</sup>

Em virtude do aumento do número de operações de paz e visando organizá-las de forma mais adequada e rápida criou-se o departamento de operações de manutenção da paz da ONU conhecido pelas siglas DPKO (*Department of Peace-keeping Operations*), subordinado a Secretaria-Geral.

Em 1992, o então Secretário Geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali fez recomendações sobre os novos rumos para a política internacional no documento Agenda para a Paz<sup>7</sup>. Tal documento apontou os rumos da ONU para as questões de paz e segurança por meio da definição das seguintes ações: diplomacia preventiva, *peace-enforcement*, *peacemaking*, *peacekeeping* e *peace-building*.

Respectivamente, as ações descritas no documento compreendiam: diminuir os riscos de ações violentas para aumentar as condições favoráveis à paz pelas vias diplomáticas; atuar militarmente com ou sem o consentimento das partes no cessar-fogo e sob a direção da

---

<sup>4</sup> Conflitos intra-estatais é a disputa política e armada entre grupos dentro de um território delimitado. Esse território ainda não tem um Estado consolidado e apresenta estruturas e instituições muito frágeis. Daí a menção de alguns autores pela expressão “Estados-falidos”.

<sup>5</sup> Informações disponíveis em <http://www.un.org/Depts/dpko/list/list.pdf>. Acesso em: 05/09/2007.

<sup>6</sup> DOYLE, Michael W. “Discovering the Limits and Potential of Peacekeeping”. In: OTUNNU, Olara A.; DOYLE, Michael W. (eds). *Peacemaking and peacekeeping for the new century*. Nova Iorque: Rowman & Littlefield Publishers, 1998, p.02.

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html>. Acesso em: 13/08/2007.

Secretaria-Geral; mediação e negociação para persuadir e fazer as partes entrarem em um acordo; composição de um grupo compostos por militares, policiais e civis que tenham o consentimento das partes para monitorarem o conflito, otimizando a implementação da paz através da negociação; e, por último, organizar medidas econômicas e sociais de cooperação após o fim do conflito para facilitar o desenvolvimento de estruturas políticas, econômicas e sociais que garantam uma paz duradoura.

É nesse contexto mundial que se insere a aprovação da operação de paz do Haiti conhecida pelas siglas UNMIH (*United Nations Mission in Haiti*) que ocorreu entre os períodos de setembro de 1993 a junho de 1996. Caracterizada como uma operação de manutenção da paz essa operação apresentou algumas singularidades a serem abordadas nesse trabalho.

#### Breve retomada da história política do país

O Haiti apresenta uma história política marcada pela instabilidade da representação política. A ilha de *Ayti* que foi descoberta por Cristóvão Colombo (e que recebeu o nome de *Hispaniola* em 1492) não possuía o ouro como recurso natural tão desejado pelos espanhóis. Entre fins do século XVI e meados do século XVII, a ilha passou por um período de invasões francesas e britânicas. Em 1697, foi assinado o Tratado de Ryswick que concedeu aos franceses a terça parte ocidental de *Hispaniola*.

No século XVIII, muitos escravos do continente africano foram levados a essa colônia francesa para trabalharem em lavouras de café e cana-de-açúcar. Em 1804, a Independência haitiana foi conquistada pelo General Jean-Jacques Dessalines, após um período de intensa agitação popular. Desde esse momento até a ocupação norte-americana em 1915, o Haiti passou por vinte líderes políticos.

Após a saída dos Estados Unidos, em 1934, o país novamente passou a ter diversos líderes políticos. Em 1957, François Duvalier assumiu a presidência. O “Papa Doc”, como ficou conhecido, manteve-se no poder em cargo vitalício e instaurou um regime fortemente repressor e centralizado. O estadista permaneceu no poder até 1971, data em que seu filho assumiu o cargo. Jean-Claude Duvalier, conhecido como “Baby Doc” governou até 1986, quando foi deposto por uma facção dos militares que estava descontente com o seu governo.

## Ascensão de Aristide ao poder

Da deposição de Jean-Claude Duvalier até 1990, nem mesmo os militares conseguiram reprimir com êxito as grandes revoltas populares. Durante esses quatro anos, governaram dois presidentes interinos: General Henri Namphy e General Prosper Avril. A tentativa de se organizar eleições durante o ano de 1987 foi fortemente reprimida pelos generais. Contudo, a situação interna incontrolável somada a pressão da comunidade internacional, levou o governo interino das Forças Armadas do Haiti (FADH) a solicitar as Nações Unidas uma missão especial para a verificação de eleições marcadas para dezembro de 1990: *United Nations Observer Group for the Verification of the Elections in Haiti* (ONUVEH). Desta forma, havia uma esperança de que a crise que se instaurou no país poderia apresentar um quadro relativo de melhora com a escolha de um líder eleito pelo voto popular.

Segundo dados da ONU<sup>8</sup>, Jean-Bertrand Aristide foi eleito com sessenta e sete por cento dos votos. O novo presidente conseguiu um número bastante expressivo devido a seu passado: Aristide foi padre católico expulso da ordem dos Salesianos com a aprovação do Vaticano em 1988<sup>9</sup>. A alegação formal para a sua expulsão foi a constatação de que Aristide utilizava seus sermões para contestar as ações políticas no país. Assim, Aristide ganhou um grande número de fiéis devido a sua atividade, mas também pela empatia que cultivava na população fortemente reprimida e explorada pelo regime duvalierista.

Aristide obteve um grande apoio popular, mas também enfrentou desavenças com os dirigentes do país que não estavam satisfeitos com a condução desse processo. Em 1987, o líder carismático conseguiu escapar de uma tentativa de assassinato. Por outro lado, um ano depois, um incêndio na Igreja St. Jean Bosco destruiu a sede paroquial de Aristide. Fiéis que se encontravam naquele momento também foram queimados.

Tal fato alimentou ainda mais a revolta da população e contribuiu para a popularidade de Aristide. Este virou o símbolo para a população haitiana de uma possível libertação das conseqüências de sucessivos governos repressores. Entretanto, pode-se também avaliar que,

---

<sup>8</sup> Relatório da ONU sobre a UNMIH, disponível em: [http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co\\_mission/unmihbackgr2.html](http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co_mission/unmihbackgr2.html). Acesso em 12/07/2007.

<sup>9</sup> Disponível em: [http://noticias.uol.com.br/licaodecasa/materias\\_klick/biografia/0,5387,96-biografia-9,00,jhtm](http://noticias.uol.com.br/licaodecasa/materias_klick/biografia/0,5387,96-biografia-9,00,jhtm). Acesso em 17/08/2007.

quanto mais o apoio popular a Aristide crescia, em igual proporção poderia ser a resposta dos militares haitianos comprometidos com os objetivos das Forças Armadas do Haiti (FADH)<sup>10</sup>.

É possível perceber que dificilmente Aristide permaneceria no poder, mesmo após a constatação de um resultado favorável nas urnas. O relatório da Human Rights Watch (organização não-governamental de Direitos Humanos) e da Coalisão Nacional para os Refugiados Haitianos<sup>11</sup> apresentou mais algumas ações políticas que contribuíram para o clima de hostilidade dos antigos setores militares: ao assumir a presidência, Aristide afastou chefes corruptos de seção, substituiu militares de alto escalão e fechou o *Fort Dimanche*, símbolo das prisões abusivas e que foi construída durante o governo de François Duvalier.

No artigo “Haiti: International Force or National Compromise?”<sup>12</sup>, Ian Martin observa que Aristide era cauteloso no trato com militares, embora admita que as tensões haviam crescido após a substituição do alto comando do Exército. Nessa troca, Aristide nomeou para o cargo de comandante do Exército, o General Raoul Cédras, antigo responsável pela segurança das eleições de 1990. Devido a toda essa conjuntura interna, em setembro de 1991, Cédras depôs Aristide com o auxílio de outros interessados da FADH.

#### Os esforços diplomáticos após a deposição de Aristide

Diante das atitudes tomadas e sabendo dos rumores de golpe, Aristide já havia comunicado a ONU e a Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre as retaliações que poderia sofrer dentro do seu país pela oposição política. Sendo assim, em junho de 1991, houve uma reunião na OEA para buscar o apoio dos países-membros da organização para auxiliar na mediação do conflito com o objetivo de reinstalar a democracia no país. Uma missão da OEA<sup>13</sup> foi enviada ao Haiti em outubro do mesmo ano. No entanto, a missão não obteve êxito nas negociações com as autoridades locais.

<sup>10</sup> As Forças Armadas do Haiti foram criadas no período de ocupação norte-americana e detinham o monopólio da violência. No entanto, há registros de outros grupos armados: os *Tontons Macoute* que foi um grupo paramilitar criado durante o governo de François Duvalier e os *attachés* (grupo civil que foi armado pelos *Tontons Macoute*).

<sup>11</sup> Americas Watch e National Coalition for Haitian Refugees, Press Release, 22 de outubro de 1993.

<sup>12</sup> *Journal of Latin American Studies*, v. 31, n.3, out.99, pp. 711-734.

<sup>13</sup> A OEA-DEMOC foi composta pela representante do Comitê Inter-americano de Direitos Humanos, Sonia Picado da Costa Rica, pelos Embaixadores Enrique Peinado da Venezuela e Henri Carrington de Trinidad e Tobago, por assessores da Secretaria-Geral da OEA e por representantes dos Estados Unidos, Chile e Canadá da organização já mencionada.

Posteriormente, em fevereiro de 1992, Aristide, o presidente em exercício, Joseph Nerette e os representantes do Parlamento haitiano se reuniram nos Estados Unidos para a assinatura de um protocolo de intenções na sede da OEA. Um dos pontos do documento tratava da volta de Aristide a presidência, desde que ele se comprometesse a respeitar as decisões aprovadas pelo Parlamento. Outro ponto importante discorria da garantia das liberdades individuais assistidas por uma missão civil de verificação do cumprimento dos Direitos Humanos (ICM). Posteriormente, a interpretação dada pela presidência haitiana era a de que o documento era inconstitucional. Assim, houve pressão para que o Parlamento não obtivesse *quorum* para aprová-lo.

Enquanto a OEA avaliava outra medida para solucionar a crise haitiana, a discussão também era levantada na ONU, mas sem grandes deliberações. Em dezembro de 1992, a ONU e OEA designaram o Ministro das Relações Exteriores, Dante Caputo, para representar as organizações e ouvir as partes envolvidas no conflito, objetivando a otimização de um futuro acordo.

Em janeiro de 1993, Aristide enviou uma carta ao Secretário-Geral da ONU<sup>14</sup>, pedindo uma atuação mais enfática da Organização. Aristide sugeria uma missão conjunta da OEA e ONU para atuar na questão dos Direitos Humanos, restauração democrática, assistência técnica internacional para a reconstrução do país, profissionalização da Forças Armadas e a separação da força policial da militar.

A questão dos Direitos Humanos resultou na aprovação da resolução 47/20B pela Assembleia Geral em abril do mesmo ano e deu origem a missão internacional de civis para a verificação dos Direitos Humanos da OEA e ONU no Haiti (MICIVIH).

O Conselho de Segurança aprovou a resolução 841 para o embargo de petróleo e armas ao Haiti em junho de 1993. Segundo o relatório da ONU sobre a UNMIH, após essa medida Cédras decidiu colaborar com a ONU e a OEA na busca de uma solução para a crise haitiana.

Assim, no mesmo mês de aprovação do embargo, foi assinado o Acordo da Ilha dos Governadores<sup>15</sup>. O documento foi assinado por Cédras e Aristide sob a intermediação dos dois organismos internacionais envolvidos na questão em uma base militar de Nova Iorque. No

---

<sup>14</sup>Documento A/47/908, disponível em: <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/158/59/IMG/N9315859.pdf?OpenElement>

<sup>15</sup> Parte do documento está disponível em: <http://www-cgsc.army.mil/carl/resources/csi/kretchik/appendixd.asp>. Acesso e, 16/09/2007.

acordo estava prevista a nomeação de um primeiro-ministro a ser indicado por Aristide Além disso, as partes compactuavam com o compromisso de uma trégua política e formalizavam um pacto para um processo pacífico de transição. Estavam previstas também: suspensão de sanções, normalização das atividades do Parlamento haitiano, assistência internacional para o desenvolvimento, reformas judiciais e administrativas, anistia, aposentadoria antecipada para Cédras, a modernização das Forças Armadas e a criação de uma nova polícia (ambas sob a direção de pessoal especializado da ONU).

Após esse acordo, foi assinado o Pacto de Nova Iorque por representantes da Comissão Presidencial e do Parlamento do Haiti na sede das Nações Unidas. O Pacto reafirmava algumas das ações do Acordo da Ilha dos Governadores: o estabelecimento de uma trégua política por seis meses, o compromisso do Parlamento em aprovar leis relativas à anistia, a formação de uma polícia independente da força militar e a ratificação do primeiro-ministro a ser indicado por Aristide (CÂMARA, 1998).

Um relativo clima de otimismo seguiu a assinatura desses dois documentos: Robert Malval foi o novo Primeiro-ministro indicado e as sanções ao país foram suspensas em agosto. Por um outro lado, no Haiti, as manifestações contrárias a assinaturas dos acordos levaram a uma nova onda de violência. Contrariados com a decisão, os *attachés* e uma espécie de partido político pró-Duvalier, *Front Révolutionnaire pour l'Avancement et le Progrès en Haiti* (FRAPH)<sup>16</sup>, espalharam a violência pelo país contra a população e partidários de Aristide. A situação ficou ainda mais grave quando, no dia 11 de setembro de 1993, foi encontrado o corpo de um dos principais financiadores da campanha de Aristide de 1990: Antoine Izméry<sup>17</sup>.

Independente da situação interna do Haiti, o Conselho de Segurança aprovou a resolução 867<sup>18</sup> em setembro. A resolução reafirmava os compromissos assinados no Acordo da Ilha dos Governadores e no Pacto de Nova Iorque e deliberava que uma missão da ONU fosse enviada com pessoal capacitado para modernizar as forças armadas do país e criar a primeira polícia civil haitiana. No contingente estavam previstos 567 policiais da ONU (CIVPOL) e 700 militares, sendo 60 desses eram especializados em treinamento.

<sup>16</sup> Ian Martin afirma em “Haiti: International Force or National Compromise?” que a FRAPH tinha uso permitido de armas e que suas demonstrações intimidantes eram toleradas e assistidas pelos militares haitianos.

<sup>17</sup> Informações disponíveis em: [http://scm.oas.org/doc\\_public/PORTUGUESE/HIST\\_05/CP15235P07.DOC](http://scm.oas.org/doc_public/PORTUGUESE/HIST_05/CP15235P07.DOC). Acesso em 14/09/2007.

<sup>18</sup> S/RES/867 (1993). Disponível em: <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/515/30/PDF/N9351530.pdf?OpenElement>. Acesso em: 11/08/2005.



A resolução registra um mandato de seis meses que poderia ser estendido, conforme o entendimento dos membros do Conselho. Em termos de infra-estrutura, a resolução previa a construção de uma unidade militar para o próprio contingente e enfatizou que a questão da segurança para a população e a liberdade de comunicação de integrantes da UNMIH eram pré-requisitos necessários ao êxito da operação. Por fim, o documento expressa a esperança de se assistir a uma restauração da democracia no país<sup>19</sup>.

### O recrudescimento do Conselho de Segurança

A instabilidade no Haiti descrita anteriormente levou a retirada da MICIVIH por questões de segurança. A morte do Ministro da Justiça de Aristide também era uma evidência de que a situação interna estava bastante perigosa. Mesmo assim, o navio que levava o contingente da UNMIH chegou ao país, embora houvesse problemas para o desembarque causados por ameaças dos *attachés*. As forças militares do país nada fizeram para reprimir essa manifestação. Diante desse quadro, o Conselho retomou os embargos ao país.

Como não houve uma colaboração amistosa para as atividades da UNMIH com o governo local e após o esgotamento de todas as tentativas diplomáticas, o Conselho de Segurança aprovou a resolução 940 em julho do mesmo ano<sup>20</sup>. Tal resolução colocou fim as negociações pacíficas: autorizou a composição de uma força multinacional sob comando unificado “para utilizar todos os meios necessários” para facilitar o cumprimento do Acordo da Ilha dos Governadores. A aprovação invocou as disposições do capítulo VII da Carta e deu o prazo de no máximo um mês para o envio do primeiro relatório à Secretaria-Geral. Essa resolução também estendeu o mandato da UNMIH por mais seis meses, aumentando para seis mil o número de militares e estabeleceu uma data limite até fevereiro de 1996 para a permanência da UNMIH.

---

<sup>19</sup> Esse ponto da resolução pode ser interpretado como um indício de descrédito de que a transição para a democracia teria êxito diante de tantas adversidades internas. Mesmo assim, nota-se o compromisso do Conselho nessa questão. As resoluções subsequentes são mais enfáticas quanto ao cumprimento de condições favoráveis à estabilidade política no país.

<sup>20</sup> S/RES/940 (1994). Disponível em:

<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/312/22/PDF/N9431222.pdf?OpenElement>. Acesso em: 12/09/2007.

Nesse momento, houve o esgotamento de tentativas pacíficas e diplomáticas da ONU para a crise haitiana. A força multinacional foi enviada sob o comando dos Estados Unidos em julho de 1994 e deveria forçar a cooperação dos militares que não apoiavam Aristide.

Aristide retoma seu cargo e UNMIH desempenha suas funções

Após a chegada da força multinacional e com um ambiente mais estável para o desenvolvimento das atividades da UNMIH, foi enviado um grupo composto por 12 militares da ONU para avaliar quando seria recomendado desembarcar todo o contingente da UNMIH.

Aristide voltou a assumir a presidência em outubro de 1994. Os antigos governistas e principais aliados, como: Cédras e o brigadeiro Biamby obtiveram asilo político no Panamá e o Coronel François na República Dominicana. Desta maneira, havia uma relativa condição para que o contingente militar da ONU pudesse trabalhar na modernização das Forças Armadas do país e para que a CIVPOL pudesse atuar na criação da nova polícia haitiana.

Naquele momento, um fator de futura instabilidade era a dissolução da estrutura da FADH. Os antigos membros poderiam causar uma nova onda de violência. Assim, dificilmente era previsto um futuro mais seguro e pacífico para o país. Mesmo com essa incerteza, a UNMIH deveria desempenhar seu papel, visando diminuir o foco de futuras tensões.

O treinamento e a formação da Polícia Nacional Haitiana (PNH) era visto como um símbolo de avanço para o país que sempre teve as funções policiais desempenhadas pelos militares<sup>21</sup>. A UNMIH prosseguia com o treinamento das forças e o Conselho de Segurança continuou aprovando resoluções que dessem suporte a operação, inclusive prorrogando o mandato da permanência da UNMIH. A força multinacional permaneceu no Haiti até meados de 1995. A partir desse momento, todas as ações foram coordenadas integralmente pela UNMIH.

Na segunda metade desse mesmo ano foram organizadas eleições para os cargos municipais e legislativos. Embora o relatório na ONU aponte para o fato de que houve tranquilidade nas eleições realizadas em novembro, logo após a posse, um deputado foi morto e outro foi gravemente ameaçado. Esse fato levou a revolta popular das províncias de onde esses deputados provinham: *Les Cayes* e *Département du Sud*. A Força de Ação Rápida da UNMIH e

---

<sup>21</sup> Por outro lado, recapitulando os antecedentes da história política do país, também seria difícil olhar com otimismo para essa decisão, pois essa nova força também poderia utilizar-se do exercício do monopólio da força para o benefício de determinados grupos políticos.

a PNH foram ativadas para conter a revolta nas províncias. Mesmo assim, a onda de violência se espalhou para outras cidades: Porto Príncipe, Gonaives e Cap Haitien.

Dentro desse clima de instabilidade, outra questão suscitou mais manifestações de uma parcela da população: a proximidade da data para eleições presidenciais. Uma campanha para a extensão do mandato foi organizada pelos simpatizantes de Aristide, contestando que o presidente não havia permanecido no poder conforme a data prevista na Constituição.

Quanto a essa questão, consta no relatório da ONU que Aristide manifestou formalmente que cumpriria o mandato do seu governo até fevereiro de 1996, respeitando o prazo estabelecido quando foi eleito em 1990. Dito isso, em dezembro de 1995, foram organizadas eleições com o auxílio da UNMIH.

Segundo o relatório da ONU, havia uma atmosfera pacífica no dia das eleições. Quatrocentos observadores internacionais participaram da verificação da eleição, entre eles: membros da missão de observação eleitoral que atuou durante as eleições municipais e legislativas, uma delegação presidencial dos Estados Unidos, uma delegação parlamentar da França e organizações não-governamentais. O relatório também registra que 89,7% dos votos legitimaram os novos representantes no Parlamento e René Preval para a presidência.

#### Últimos meses da UNMIH e um balanço da operação

Apesar do relatório da ONU apontar para uma atmosfera política mais estável após todos esses acontecimentos, nota-se que há um ponto obscuro: Preval solicitou que a UNMIH ficasse por mais alguns meses e que retirasse as tropas gradualmente. Além disso, outro indício que sugere que não havia uma estabilidade de fato é o grande número de observadores internacionais para legitimar o resultado dos votos da eleição. A permanência no país de membros da antiga elite política e de simpatizantes do regime duvaleirista também contribui para essa avaliação pessimista.

Em 29 de fevereiro de 1996, o Conselho de Segurança acatou o pedido do presidente e aprovou a resolução 1048, estendendo o mandato da UNMIH até junho do mesmo ano. A resolução também registrou que o contingente militar a permanecer no país não deveria superar o limite de 1200 homens e que o número de policiais deveria ser de no máximo 300. De março a junho, Enrique ter Horst (Venezuela) ficou como representante da ONU e da OEA.

O esforço da comunidade internacional foi importante, bem como a atuação das organizações inter-governamentais para assegurar que a crise não atingisse proporções incalculáveis. Mesmo assim, o passado político ainda estava bastante presente aos olhos da população haitiana, da comunidade internacional e dos novos dirigentes.

Embora, esse estudo tenha se preocupado em localizar mais as variáveis internas que causaram dificuldades enfrentadas pela UNMIH, é necessário um outro momento para refletir sobre quais fatores e atores externos também contribuíram para que o país atingisse tamanha instabilidade ao longo dos anos e, mais especificamente, durante o período de mandato dessa operação.

### **Referências Bibliográficas**

ANNAN, Kofi A. “Challenges of the New Peacekeeping”. In: OTUNNU, Olara A.; DOYLE, Michael W. (eds). Peacemaking and peacekeeping for the new century. Nova Iorque: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.

ARISTIDE, Jean-Bertrand. Todo Homem é um Homem. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ARISTIDE, Max V.; RICHARDSON, Laurie. “Haiti’s Popular Resistance”. NACLA, Report on Haiti. Nova Iorque, v.27, n.4, p.30-6, jan./fev. 1994.

ARON, Raymond. “Dialética da paz e da guerra”. In: Paz e Guerra entre as Nações. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

AZAR, E. International Conflict Resolution: Theory and Practice. Sussex: Wheatsheaf, 1986.

BERCOVITCH, J. “Mediation in International Conflict. “An Overview of Theory, A Review of Practice”. In: ZARTMAN W.; RASMUSSEN, L. (eds). Peacemaking in International Conflict: Methods and Techniques. Washington: United States Institute of Peace Press, 1997.

BROWN, Michael E. “The Causes of Internal Conflict”. In: BROWN, Michael E.; COTÉ, Owen R. Jr.; LYNN-JONES, Sean M.; MILLER, Steven E. (eds). Nationalism and Ethnic Conflict. Cambridge: The MIT Press, 2000.

BROWN, Michael E; OUDRAAT, Chantal de J. “Internal Conflict and International Action: An Overview”. In: Nationalism and Ethnic Conflict. Cambridge: The MIT Press, 2000.

BUSTANI, José Maurício. “A ONU e as operações de paz”. Revista Humanidades, Brasília, v.11, n. 39, 1995.

CÂMARA, Irene Pessoa de Lima. Em Nome da Democracia: a OEA e a crise haitiana – 1991-1994. Brasília: Instituto Rio Branco: Fundação Alexandre de Gusmão: Centro de Estudos Estratégicos, 1998.

CARDOSO, Afonso José Sena. O Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas. Brasília: Instituto Rio Branco: Fundação Alexandre Gusmão: Centro de Estudos Estratégicos, 1998.

DOYLE, Michael W. “Discovering the Limits and Potential of Peacekeeping”. In: OTUNNU, Olara A.; DOYLE, Michael W. (eds). Peacemaking and peacekeeping for the new century. Nova Iorque: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Torres da. O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas. Brasília: Instituto Rio Branco: Fundação Alexandre Gusmão: Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

GHALI, Boutros B. “Peacemaking and Peacekeeping for the new century”. In: OTUNNU, Olara A.; DOYLE, Michael W. (eds). Peacemaking and peacekeeping for the new century. Nova Iorque: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.

HARBOTTLE, Michael (ed). The Peacekeeper's Handbook. Nova Iorque: Pergamon Press & International Peace Academy, 1984.

JAMES, Alan. Peacekeeping in International Politics. Londres: Macmillan Academic and Professional Ltd & International Institute for Strategic Studies, 1990.

JOHNSON, Kevin R. “The Haitian Refugee Crisis: A Closer Look”. Georgetown Immigration Law Journal. Washington, v.7, n.1, mar. 1993.

LUARD, E. “The Crisis over Peace-keeping Costs”. In: A History of the United Nations. Londres: Macmillan, , 1989.

MARTIN, Ian. “Haiti: Mangled Multilateralism”. Foreign Policy, Washington, n.95, 1994.

\_\_\_\_\_. “Haiti: International Force or National Compromise?” Journal of Latin American Studies, v. 31, n.3, out.99

McCOUBREY, H.; MORRIS, J. “The Concept of Collective Security”. In: Regional Peacekeeping in the Post-Cold War Era. Londres: Kluwer Law International, 2000.

MINTZ, Sydney W. “Can Haiti Change?”. Foreign Affairs, Washington, v. 74, n.1, jan./fev. 1995.

MORRELL, James. “The Governors Island Accord on Haiti”. International Policy Report, Washington, v.7, n.3, set. 1993.

MORTIMER, E. “Under What Circumstances Should the UN Intervene Militarily in a “Domestic” Crisis?” In: OTUNNU, Olara A.; DOYLE, Michael W. (eds). Peacemaking and peacekeeping for the new century. Nova Iorque: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.

O’NEIL, William G. “The Roots of Human Rights Violations in Haiti”. Georgetown Immigration Law Journal, Washington, v. 7, n.1, mar. 1993.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Department of Public Information. “International Peace and Security”. In: Basic Facts About the United Nations. Nova Iorque: United Nations, 1995.

SANDERSON, J. M. “Dabbling in War: The Dilemma of the Use of Force in United Nations Intervention”. In: OTUNNU, Olara A.; DOYLE, Michael W. (eds). Peacemaking and peacekeeping for the new century. Nova Iorque: Rowman & Littlefield Publishers, p. 145-168, 1998.

SEITENFUS, Ricardo. Haiti – A Soberania dos Ditadores. Porto Alegre: Solivros, 1994.

SWENEY, John. “Stuck in Haiti”. Foreign Affairs, Nova Iorque, n.102, 1996.

#### **Documentos da ONU:**

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Carta das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.un.org/aboutun/charter/>> ou <<http://www.onu-brasil.org.br/doc1.php>>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Agenda para a Paz. Disponível em: <http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembléia Geral. Resolução 47/20/B. Disponível em: <<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/234/67/IMG/N9323467.pdf?OpenElement>>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. Resolução 867. Disponível em: < <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/515/30/PDF/N9351530.pdf?OpenElement>>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. Resolução 873. Disponível em:< <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/555/41/PDF/N9355541.pdf?OpenElement>>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. Resolução 875. Disponível em: < <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/560/55/PDF/N9356055.pdf?OpenElement>>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. Resolução 905. Disponível em: < <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/146/27/PDF/N9414627.pdf?OpenElement>>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. Resolução 917. Disponível em: < <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/207/93/PDF/N9420793.pdf?OpenElement>>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. Resolução 933.

Disponível em: <<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/271/65/PDF/N9427165.pdf?OpenElement>>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. Resolução 940.

Disponível em: <<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/312/22/PDF/N9431222.pdf?OpenElement>>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. Resolução 944.

Disponível em: <<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/380/17/PDF/N9438017.pdf?OpenElement>>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. Resolução 948.

Disponível em: <<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/401/17/PDF/N9440117.pdf?OpenElement>>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. Resolução 964.

Disponível em: <<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/488/40/PDF/N9448840.pdf?OpenElement>>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. Resolução 975.

Disponível em: <<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N95/028/26/PDF/N9502826.pdf?OpenElement>>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. Resolução 1007.

Disponível em: <<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N95/227/30/PDF/N9522730.pdf?OpenElement>>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. Resolução 1048.

Disponível em: <<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N96/049/47/PDF/N9604947.pdf?OpenElement>>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. Resolução 1063

Disponível em: <<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/515/30/PDF/N9351530.pdf?OpenElement>>